

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁÇER DO SAL

APROVADA POR UNANIMIDADE  
COM 3 VOTOS CONTRA  
DOS DEPUTADOS DO  
P.S.  
Sessão da Mesa de 18/12/2020  
M. Antónia I. R. Mendes

SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE SETEMBRO DE 2020  
ATA Nº 03

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte, nesta cidade de Alcácer do Sal, no Auditório Municipal, reuniu a Assembleia Municipal.

A Presidente da Assembleia informou que o Deputado Ricardo Campos iria substituir a Primeira Secretária da Mesa.

Foi efetuada a chamada pelo Segundo Secretário da Mesa, tendo-se verificado que, compareceram nesta sessão, os seguintes Deputados: Maria Antónia Incenso dos Reis Mendes, Presidente da Assembleia Municipal, Vítor Manuel Elias Rosa, Primeiro Secretário da Mesa, Serafim António Martins Inocêncio, Manuel Fernando da Silva Rocha, António José Freitas Grilo, José Manuel Mártires Balona, Mariana Antónia Caixeirinho, Hortênsio José Vicente Sousa (em regime de substituição), Gonçalo José Neto Nunes, Jerónimo Jacinto de Almeida (em regime de substituição), Célia Fernanda Batista Freitas (em regime de substituição), João Luís Campos Guerreiro, Ana Maria Tomás Cananão Guerreiro, Frederico Albuquerque D'Orey, António João Bragança Birra (em regime de substituição), Laura Maria Loureiro Massano Balona (em regime de substituição), Mafalda Sofia da Conceição Panóias, Ricardo Jorge Carqueijeiro Magalhães Campos, Segundo Secretário da Mesa, Filomeno Herlander Vieira Braz, Jacinto José Guerreiro Vinagre, Ana Helena Carvalho da Silva, Arlindo José Paulino de Passos, Presidente da União das Freguesias de Alcácer do Sal), Hélder Manuel Telo Montinho, Presidente da Junta de Freguesia do Torrão, Deolinda da Conceição de Oliveira Florêncio, Presidente da Junta de Freguesia de Comporta e Albino António Batista Francisquinho, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho.

Compareceram também Vítor Manuel Chaves de Caro Proença, Presidente da Câmara Municipal, e os Vereadores Ana Luísa Alferes Pinto Soares, Manuel Vítor Nunes de Jesus, Vice-Presidente, Nuno Miguel Besugo Pestana, Clarisse Maria Gaudino Veredas Campos e Mara Eloisa Pimentas Marques.

Verificou-se a ausência dos seguintes Deputados, Luzia Maria Carvalho Maurício, Maria Antónia Foito Crespo, Maria de Fátima Martins Santos Leite, Rui Damião Conceição da Silva e Pedro Miguel Coelho Marrilhas, tendo os mesmos apresentado justificações, que ficam arquivadas em pasta anexa à ata.

36

37 Pelas vinte horas e quarenta e três minutos, a Presidente da Assembleia Municipal, deu início aos  
38 trabalhos, tendo de acordo com o artigo 19.º do Regimento, iniciado os mesmos, com o período  
39 antes da ordem do dia:

40

41 A Presidente da Assembleia disse que para tornar mais transparente a utilização dos tempos de  
42 intervenção, os mesmos irão ser visionados no ecrã.

43

44 O Deputado António Grilo, referiu que essa era uma decisão da Presidente da Mesa, mas existia  
45 um Regimento, que é taxativo na utilização dos tempos e o que a Bancada da CDU propôs não foi  
46 incorporado no regimento, e os tempos são os que estão definidos no regimento. Referiu que o  
47 tempo que a Mesa utilizasse deveria ser descontado no tempo da Bancada da CDU.

48

49 A Presidente da Assembleia disse que esta decisão foi implementada há dois anos como  
50 reestruturação dos trabalhos que a Mesa entendeu colocar em prática e a única diferença é de que  
51 agora os Deputados poderiam visionar os tempos.

52

53 O Deputado Serafim Inocêncio disse que se era tão criteriosa em termos do regimento e dos  
54 sessenta minutos antes da Ordem do dia, então os sessenta minutos deveriam ser para todos, e  
55 não é a Presidente da Assembleia dizer que o executivo fala o tempo que entender.

56

57 A Presidente da Assembleia disse que no regimento não encontra lá o tempo limite para o  
58 Presidente da Câmara ou para os Vereadores.

59

60 Pelo Primeiro Secretário da Mesa, Vítor Manuel Elias Rosa, foi efetuada a leitura do expediente,  
61 que aqui se dá como reproduzido e transcrito, ficando o mesmo arquivado em pasta anexa à ata,  
62 dela fazendo parte integrante.

63

64 De seguida procedeu-se à análise e votação das atas:

65 - Sessão realizada em 20 de dezembro de 2019.

66 Deliberação: Aprovada por maioria com 5 votos contra do PS.

67

68 - Sessão realizada em 26 de junho de 2020.

69 Deliberação: Aprovada por maioria com 6 votos contra do PS.

70 A Presidente da Assembleia informou que foram entregues à Mesa, a Moção “ Contra o processo  
71 de eleição indireta dos presidentes da CCDR e pela Instituição efetiva das Regiões Administrativas”  
72 pelo Deputado do BE e as Moções “Mais participação mais cidadania” e “ Constituição de uma  
73 Comissão sobre a Gestão e utilização do recurso hídrico água no concelho de Alcácer do Sal” pela  
74 Bancada do PS e a Recomendação “Pelo reforço da verba destinada às juntas de freguesia no  
75 orçamento para 2021” pelo Deputado do BE.

76

77 A Moção “A”, apresentada pelo Deputado do BE “ Contra o processo de eleição indireta dos  
78 presidentes da CCDR e pela Instituição efetiva das Regiões Administrativas”, que aqui se dá como  
79 reproduzida e transcrita, ficando anexo à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

80 Após análise e discussão, foi deliberado, aprovar por maioria com 13 votos a favor da CDU, 10  
81 votos contra do PS, 1 abstenção da Coligação “Viver Alcácer” e 1 voto a favor do BE.

82

83 A Moção “B”, apresentada pela Bancada do PS “Mais participação mais cidadania”, que aqui se dá  
84 como reproduzida e transcrita, ficando anexo à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

85 Houve intervenção por parte do Deputado José Balona, da Bancada da CDU e do Deputado  
86 António Grilo, da Bancada do PS.

87 Após análise e discussão, foi deliberado, rejeitar por maioria com 13 votos contra da CDU, 10 votos  
88 a favor do PS, 1 abstenção da Coligação “Viver Alcácer” e 1 voto a favor do BE.

89

90 A Moção “C”, apresentada pela Bancada do PS “ Gestão e utilização do recurso hídrico água no  
91 concelho de Alcácer do Sal” que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexo à  
92 presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

93 Houve intervenção por parte dos Deputados, Manuel Rocha e José Balona da Bancada da CDU,  
94 dos Deputados Serafim Inocêncio e Marina Caixeirinho da Bancada do PS, do Deputado Filomeno  
95 Herlander da Bancada do BE e do Deputado Frederico D’Orey da Bancada da Coligação “Viver  
96 Alcácer”.

97 Após análise e discussão, foi deliberado, rejeitar por maioria com 13 votos contra da CDU, 10 votos  
98 a favor do PS, 1 voto a favor da Coligação “Viver Alcácer” e 1 voto a favor do BE.

99

100 A Presidente da Assembleia informou que quanto à Recomendação apresentada pelo Deputado do  
101 BE, não tem que ser apresentada ao plenário, sendo por isso encaminhada para a Câmara  
102 Municipal.

103

104 Interpelação ao Executivo:

105 Pela Bancada da Coligação “Viver Alcácer”, pelo Deputado Frederico D’Orey, foram colocadas as  
106 seguintes questões:

107 1 – Questionou se a concessão das energias renováveis que foi atribuída recentemente são eólicas  
108 ou fotovoltaicas.

109 2 – Questionou se o terreno dos 10 hectares da Comporta já foi vendido.

110

111 Pela Bancada do PS, pelo Deputado Serafim Inocência foram colocadas as seguintes questões:

112 3 – Referiu que o preocupava a exploração de inertes no Castelo Ventoso e solicitou  
113 esclarecimentos sobre uma passagem aérea sobre o caminho-de-ferro para a outra margem do  
114 terreno que deve ser para a ampliação desse mesmo areeiro.

115 4 – Sobre uma notícia que saiu no Jornal O Sol, sobre a Herdade da Comporta e relacionada com o  
116 acesso à praia restrita dos Brejos da Carregueira, questionou se o executivo tem algo a dizer sobre  
117 essa matéria.

118 5 – Em relação à retirada da madeira contaminada em Alcácer do Sal, junto ao Bº do Olival  
119 Queimado, o Presidente da Câmara disse que além de não ter entrado nos serviços municipais  
120 qualquer pedido de licenciamento ou autorização para o parque de madeiras verifica-se que no  
121 local não existe qualquer tipo de equipamento de intervenção de combate a incêndios. O Deputado  
122 referiu que foi uma notícia da Câmara e questionou se é extensível a todo o concelho, a todas as  
123 estruturas onde há exploração de madeiras ou se foi especificamente esta questão da segurança  
124 foi para aquele caso em concreto.

125 6 – Congratulou como munícipe e como residente, o início muito brevemente das obras em Foros  
126 de Albergaria.

127

128 Pela Bancada da CDU, pelo Deputado José Balona foi colocada a seguinte questão:

129 7 – Sobre a questão da água, questionou que dificuldades a autarquia e as autarquias da região  
130 têm tido com a privatização da água e com a água em alta e o que pode fazer para em conjunto  
131 com a Assembleia Municipal, exigir junto do respetivo Ministério.

132

133 Pela Bancada da CDU, pelo Deputado Manuel Rocha foram colocadas as seguintes questões:

134 8 – Sobre as infraestruturas do IC1 e a estrada de ligação á Comporta e ao Torrão disse que tem  
135 conhecimento que o Presidente e os Vereadores tiveram recentemente no Ministério. Questionou  
136 se houve algum desenvolvimento e se há novidades sobre o projeto que há pelo menos dois anos

aj

137 foi anunciado que havia um projeto para a continuação das obras entre Alcácer do Sal e Palma e  
138 também para a estrada para a Comporta.

139 9 – Saudou o executivo municipal pelo investimento na Oficina na Criança e também pelas obras  
140 que estão a decorrer na Escola dos Telheiros. Saudou também o executivo pelo investimento e  
141 pela ajuda que está a dar às associações.

142

143 Pela Bancada do PS, pela Deputada Mariana Caixeirinho foi colocada a seguinte questão:

144 10 – Questionou se o executivo pode fazer alguma coisa em relação às operadoras de  
145 telecomunicações na questão da poluição visual, porque muitos cabos desativados continuam a  
146 ficar nos postes.

147

148 Pela Bancada do PS, pelo Presidente da Junta de Freguesia do Torrão, Hélder Montinho foi  
149 colocada a seguinte questão:

150 11 – Questionou para quando está previsto o arranjo condigno da estrada de ligação entre São  
151 Romão e Batão. Disse que vê reivindicar junto das Estradas de Portugal do arranjo de estradas da  
152 competência das Estradas de Portugal, mas as estradas no Município não vê um arranjo, a não ser  
153 na estrada da Carrasqueira.

154

155 Decorrido o período de interpelação ao Executivo, segue-se o período de respostas por parte do  
156 Presidente da Câmara e Vereadores.

157

158 O Presidente respondeu às seguintes questões:

159 1 - Em resposta à questão colocada pelo Deputado Frederico D`Orey, relativamente às energias,  
160 disse que, é a bolsa de leilão que está a correr e há um outro período após o término do primeiro  
161 leilão e é exclusivamente fotovoltaico. Acrescentou que tiveram no município vários pedidos de  
162 informação prévia, houve um conjunto de empresas candidatas que recorreram ao Município a  
163 pedir o pedido de informação prévia, porque é uma garantia para as candidaturas para a pré  
164 seleção dos candidatos, apareceram vários casos, e a Câmara deu uma resposta a tempo para as  
165 empresas se candidatarem.

166 2 - Em resposta à questão colocada pelo Deputado Frederico D`Orey, sobre o terreno dos Brejos  
167 da Carregueira, referiu que houve uma hasta pública, e que esta ficou deserta. Disse que, depois  
168 apareceram alguns interessados, e que todos eles disseram que a avaliação e o valor eram  
169 elevados e que não tinham condições para a aquisição do terreno. Disse ainda que, a Câmara

170 estava a avaliar internamente qual a evolução, e que se houvesse alguma alteração, seria trazida à  
171 Assembleia Municipal para ser debatida.

172

173 4 – Em resposta à questão colocada pelo Deputado Serafim Inocêncio, relativamente à notícia que  
174 saiu no Jornal Sol, sobre o acesso restrito à praia dos Brejos da Carregueira, disse que,  
175 desconhecia a notícia do Jornal Sol, mas que tinha conhecimento que, a TVI tinha feito uma  
176 edição, relativamente ao assunto. Reforçou que, a praia dos Brejos da Carregueira pertencia ao  
177 concelho de Grândola e que o condomínio pertencia ao concelho de Alcácer do Sal. Informou  
178 ainda, qual a resposta enviada pela APA, referente ao assunto. Acrescentou também que, as  
179 praias estão tipificadas no POOC SADO-SINES, em que o uso mais restrito em praias, é a praia  
180 interdita, que é o caso da praia do Pinheiro da Cruz, o segundo nível, é a praia de uso restrito,  
181 sendo o caso das praias dos Brejos da Carregueira e da Torre, pertencentes ao concelho de  
182 Grândola. Esclareceu que, as praias de uso restrito, são praias onde não poderão ser construídos  
183 apoios de praia e que estão muito condicionadas. Esclareceu também que, no caso da praia dos  
184 Brejos da Carregueira, e de acordo com o documento da APA, existem portões de acesso ao  
185 condomínio, que não impedem o uso pedonal ou de bicicleta de acesso à praia.

186

187 5 – Em resposta à questão colocada pelo Deputado Serafim Inocêncio, sobre a retirada da madeira  
188 da SONAE, o Presidente referiu que apareceu no local uma viatura de combate a fogos dos  
189 bombeiros depois do alerta da Câmara relativamente à situação, e que ainda não está  
190 completamente resolvida porque apareceu a contaminação de algumas árvores e o assunto foi  
191 reportado ao ICNF, que é a entidade competente.

192

193 6 – Sobre a questão colocada pelo Deputado Serafim Inocêncio, relativamente ao início das obras  
194 em Foros de Albergaria, o Presidente informou que, o contrato já foi assinado com o empreiteiro  
195 José Gomes Galo. Acrescentou que, hoje vinha à sessão a declaração de utilidade pública para  
196 avançar com a outra obra, da ETAR e tudo ultrapassará 1 milhão de euros, com zero de  
197 financiamento comunitário.

198

199 7 – Em relação à questão colocada pelo Deputado José Balona, sobre a privatização da água, o  
200 Presidente disse que, a água é muito apetecível, e que, mantiveram até agora, esta situação das  
201 Águas Públicas do Alentejo. Disse ainda que, esteve acompanhado pela Vereadora Ana Soares, na  
202 inauguração do pré tratamento da obra, que está a ser executada na Comporta, obra essa, para  
203 tratamento do esgoto produzido na Comporta, sendo que, as águas residuais tratadas iriam ser

cy

204 aproveitadas para regar a floresta. Referiu que, pediram uma informação à APA relativamente aos  
205 recursos hídricos, que estão integrados na bacia do Tejo/Sado, sendo, o centro de grande  
206 abundância de água do aquífero, são as zonas de Palmela, Pegões e Montijo. Acrescentou que, a  
207 APA informou que, esse aquífero tem 1.006 hectómetros cúbicos por ano, que a recarga anual tem  
208 sido na mesma ordem e que a taxa de exploração de utilização do aquífero é na ordem dos 35%, o  
209 que quer dizer que anualmente só é utilizado 35% pela agricultura e pelo consumo humano.  
210 Referiu ainda que, segundo as diretrizes europeias e nacionais, o bom estado quantitativo de uma  
211 massa de água é atingido quando a taxa média de captação a longo prazo é inferior a 90% da  
212 recarga média anual. Referiu que, a APA também disse que, esse aquífero tem sido classificado  
213 com o estado químico e quantitativo de bom e superior. Disse ainda que, a Câmara vai continuar a  
214 acompanhar esta matéria.

215

216 8 - Relativamente à questão colocada pelo Deputado Manuel Rocha, sobre as infraestruturas do  
217 IC1 e a estrada de ligação á Comporta e ao Torrão, disse que, colocaram o assunto às  
218 Infraestruturas de Portugal, várias vezes, e pediram também a intervenção desde a estrada da  
219 Marateca e vão continuar a insistir na reparação do IC1. Em relação às bermas da estrada da  
220 Comporta, sugeriram que, sendo muito difícil as Infraestruturas de Portugal avançarem com  
221 qualquer obra relativamente às bermas, deveriam ser criadas zonas de paragem para alguém que  
222 necessite, porque atualmente é um perigo enorme a falta de bermas e sinalização.

223

224 9 – Sobre a questão colocada pelo Deputado Manuel Rocha, relativamente à Oficina da Criança, o  
225 Presidente referiu que, foi uma grande obra, e salientou a importância dos funcionários e técnicos  
226 da Câmara, e da empresa que cumpriu a data que se tinha comprometido. Disse que, é uma  
227 grande obra e muito importante, e que ficou com melhores condições.

228

229 10 – Relativamente à questão colocada pela Deputada Mariana Caixeirinho, sobre as operadoras  
230 de telecomunicações, disse que, a Câmara tem intervindo e tem estado a monitorizar essa  
231 questão. Acrescentou que, estão a falar de fibra óptica para Alcácer do Sal, para o Torrão e para a  
232 Comporta e é um reforço a nível global. Sobre os cabos, referiu que, o executivo tem definido que,  
233 sempre que forem abertas valas para rede de água ou rede de esgoto, deverão ser aproveitadas  
234 para a colocação dos cabos de RDT e de telecomunicações.

235

236 11 – Sobre a questão colocada pelo Presidente da Junta de Freguesia do Torrão, Hélder Montinho,  
237 referente à estrada de São Romão, o Presidente disse que, a Câmara fez uma reparação há pouco

238 tempo, e o projeto aponta para 1 milhão de euros de custo dessa intervenção. Acrescentou que, o  
239 Município está a efetuar uma grande intervenção na Vila do Torrão, que são os acessos e  
240 mobilidade, e que fizeram agora, a segunda fase na Rua do Poço Mau e fizeram também uma  
241 adjudicação para a retirada do amianto da cobertura do Mercado do Torrão.

242

243 O Vereador Manuel Vítor, respondeu às seguintes questões:

244 3 - Em resposta à questão colocada pelo Deputado Serafim Inocêncio, sobre a exploração de  
245 inertes no Castelo Ventoso, referiu que, a Câmara Municipal pronunciou-se desfavoravelmente no  
246 final de agosto, enviando um ofício à Direção Geral de Energia e Geologia, onde informava todas  
247 as áreas que não eram permitidas, de acordo com o PDM, para a exploração de inertes com  
248 cadastro, para que esta verificasse e não continuasse com a exploração naquela zona do Castelo  
249 Ventoso. Referiu ainda que, a exploração tem tido um ritmo mais lento e que os níveis dos montes  
250 de areia são mais reduzidos. Disse que, após a solicitação enviada, foi pedido à Câmara Municipal  
251 que se pronunciasse sobre a extensão da exploração para poente e sul do território, o qual, de  
252 acordo com o PDM, é possível haver exploração, desde que tenha regras e que haja um estudo de  
253 impacto ambiental. Disse ainda que, esse estudo ainda não foi exposto à Câmara Municipal para  
254 ser avaliado. Reforçou que, a Câmara Municipal não tem poder de decisão nesta matéria. Referiu  
255 ainda que, esteve agendada uma reunião para o dia 23 de setembro, entre a Câmara Municipal e a  
256 Direção Geral de Energia e Geologia, reunião essa que, seria decisória para a exploração a sul e a  
257 poente, e a qual, a Câmara Municipal exigiu a entrega de documentos e do estudo de impacto  
258 ambiental, para que a Câmara se pronunciasse sobre o assunto. Informou que, não foi fornecida a  
259 informação solicitada e a reunião não se realizou. Referiu ainda que, informaram a Câmara  
260 Municipal, que, brevemente iriam ser entregues os estudos de ampliação da exploração para que  
261 fosse emitido o parecer, que será favorável ou desfavorável, conforme o que for apresentado.  
262 Informou que, possivelmente esse parecer não será favorável, derivado à aproximação das  
263 habitações no Castelo Ventoso. Informou também que, a ponte poderá vir a ser construída sobre a  
264 linha do caminho-de-ferro, a Câmara não poderá interferir, porque, são as Infraestruturas de  
265 Portugal e a Refer, que poderão pronunciar-se. Disse ainda que, se forem cumpridas as normas do  
266 PDM, a Câmara só poderá pronunciar-se sobre a exploração, mas não sobre a ponte. Concluiu  
267 que, a Câmara tem dado todos os pareceres negativos sobre a exploração referida, e que, vai  
268 continuar atenta a esta situação, esclarecendo que, de acordo com o PDM, existem zonas para  
269 poente e para sul, que poderão ser exploradas. Referiu ainda que, a Assembleia Municipal poderá  
270 interceder junto da Direção Geral de Energia e Geologia, alertando para esta situação.

271



CM

272 O Deputado Serafim Inocêncio, em relação ao areeiro, referiu que, se o PDM foi aprovado, poderão  
273 ampliar o areeiro de acordo com o PDM, no entanto, estão a explorar cada vez mais a zona norte,  
274 exploração essa que iniciou há alguns meses, e que, se Câmara Municipal, inicialmente emitiu  
275 parecer favorável, não poderá agora dizer que não pode ser feito. Referiu mais uma vez, o impacto  
276 ambiental que a exploração provoca, e que se, os montes de areia estão mais reduzidos, é porque  
277 a areia foi vendida. Referiu ainda que, possivelmente a zona sul e a zona nascente vão ser  
278 exploradas até à auto-estrada, pois o terreno do caminho-de-ferro, até à auto-estrada, é da Sifucel.  
279 Referiu ainda que, a Câmara poderá não ter poderes, mas poderá emitir um parecer em relação à  
280 situação da não ampliação da exploração, ou, atenuar o que está a ser feito, que é um crime  
281 ambiental. Disse ainda que, são os residentes que sofrem com o que se está a passar,  
282 relativamente ao barulho. Disse também que, quando se fala em debater temas na Assembleia  
283 Municipal, era uma questão que assentava perfeitamente na Moção apresentada pela bancada PS,  
284 sobre a criação de uma comissão, para debate público, sobre a gestão e utilização da água no  
285 concelho de Alcácer do Sal.

286 O Deputado Serafim questionou o executivo, sobre uma situação de um munícipe que solicitou à  
287 Câmara Municipal a recolha de entulho no dia 5 de agosto, entulho esse que, até ao final de  
288 Setembro ainda não tinha sido recolhido.

289 Questionou também, se a Câmara já criou em conjunto com o empreiteiro da obra, uma alternativa  
290 para a passagem das máquinas e camiões que circulam no interior da localidade de Albergaria.

291 O Deputado Serafim Inocêncio referiu que, relativamente à proibição do acesso à praia dos Brejos  
292 da Carregueira, teve conhecimento que, apesar de ser proibido a circulação de veículos  
293 motorizados até à praia, existem moto 4x4 que levam as pessoas até á praia e depois voltam para  
294 as irem buscar, situação que está a beneficiar algumas pessoas. Referiu ainda que, não se pode  
295 proibir o acesso a qualquer praia, seja ela privada ou pública, pois a orla marítima é de todos e não  
296 se pode privilegiar só alguns.

297 O Deputado Serafim Inocêncio pediu ao Sr. Presidente, se fosse possível, os Deputados da  
298 bancada do PS, terem acesso a uma cópia do documento enviado pela APA, para um melhor  
299 esclarecimento da situação.

300

301 O Deputado Frederico d'Orey sugeriu que, não voltasse a acontecer o que se passou nos pinhais,  
302 onde os pinheiros ficaram infetados, o que provocou um aumento do preço. Referiu ainda que, esta  
303 situação originou alguns problemas ambientais e não foi reposta nenhuma árvore. Sugeriu ainda  
304 que, colocassem uma coima ou que a Autarquia e a Assembleia fizessem pressão, para que se

305 defendesse a floresta, pois esta está a ser muito atacada, relativamente a novas pragas que estão  
306 a aparecer.

307 Em relação ao areeiro, o Deputado Frederico D'Orey referiu que, Alcácer está a ser roubada, pois  
308 os impostos pagos pela areia, não vêm para Alcácer. Referiu que, deverão ser todos os partidos  
309 em conjunto com a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal a fazerem pressão na Assembleia  
310 da República relativamente a esta situação.

311

312 O Deputado José Balona referiu que, relativamente à questão dos inertes, valorizou a atitude do  
313 Deputado Serafim Inocência, pois desde o início da exploração, que ele alertou a situação,  
314 defendendo não só a localidade onde reside, mas também todo o concelho. Valorizou também a  
315 moção apresentada pelo BE, em relação à eleição indireta dos presidentes das CCDR, a qual,  
316 demonstra que as Autarquias, conhecendo os problemas do concelho, são importantes para as  
317 decisões de matérias, como, a exploração dos inertes. Referiu que, atualmente a Autarquia não  
318 tem poder de decisão, ficando essas decisões nas mãos das CCDR e da Direção Geral do  
319 Ambiente.

320

321 O Vereador Manuel Vítor, voltou a responder às seguintes questões:

322 Em relação à questão apresentada pelo Deputado Serafim Inocência, disse que, a exploração de  
323 areias naquela zona, era considerada uma mina. Esclareceu ainda que, a Câmara Municipal não  
324 tem qualquer poder de decisão sobre aquela exploração. Esclareceu também que, o início desta  
325 exploração foi em 2006, e que na altura não houve nenhuma oposição por parte da Câmara  
326 Municipal durante os oito anos de mandato do PS, que foi licenciada pela Direção Geral de Energia  
327 e Geologia. Referiu que, é uma situação desfavorável e que vai de encontro ao que o Deputado  
328 Frederico d'Orey disse, que a Câmara ganhava zero com aquela exploração, e que o estado ganha  
329 3% à tonelada da areia que sai da exploração. Referiu ainda que, o que a Câmara Municipal  
330 atualmente impõe, é que seja feito um estudo e uma avaliação de impacto ambiental, para uma  
331 eventual exploração que venha a surgir para sul e para poente, de acordo com o PDM, mas que,  
332 terão que haver outros pareceres, nomeadamente do ICNF, da DRAPAL e da RAN., pareceres  
333 esses que, atualmente não existem. Referiu que, será solicitado também uma recuperação  
334 paisagista, do que está a ser explorado, para que o terreno seja repostado. Informou que, a APA e a  
335 CCDR, têm conhecimento da situação, através de uma exposição enviada pela Câmara Municipal,  
336 e que a tutela e o governo PS não interferem, e pelo contrário, emitem licenças favoráveis.  
337 Concluiu que, deverão ser todos a pressionarem para que a situação se resolva, pois a Câmara  
338 tem feito tudo aquilo que lhe compete.

aj

339

340 A Vereadora Ana Soares respondeu às seguintes questões:

341 Em resposta à questão colocada pelo Deputado Serafim Inocêncio, relativamente à recolha de  
342 entulho, disse que, teria que avaliar o processo, pois existem muitos pedidos de recolha de entulho,  
343 e que, só avaliando a situação poderia dar uma resposta concreta.

344 Em resposta à questão sobre a circulação de máquinas na localidade referida, disse que, o  
345 empreiteiro da obra terá que efetuar um plano de sinalização da obra, que terá que ser aprovado  
346 pelo Município, e nessa fase será tudo avaliado, desde a circulação dos camiões, à circulação das  
347 pessoas, sendo que será assegurado também a passagem de veículos de emergência.

348

349 O Presidente informou que, relativamente ao fornecimento do documento da APA, este iria ser  
350 fornecido através da Presidente da Assembleia Municipal. Relativamente à proibição do acesso à  
351 praia dos Brejos da Carregueira, o Presidente reforçou o que já tinha referido.

352

353 O Deputado José Passos referiu que, há algum tempo vieram a Alcácer dois ou três ministros, por  
354 causa da seca e, aproveitando o convite que lhe foi dirigido, falou com o ministro do ambiente  
355 sobre o impacto do areeiro no Castelo Ventoso. Referiu que, este o encaminhou para o ministro da  
356 economia, que por sua vez, encaminhou-o para a CCDR. Referiu ainda que, mais tarde foi  
357 contactado pela Sifucel, para que, se precisasse de alguma areia, ser-lhe-ia fornecida e foi  
358 convidado para almoçar e para visitar o areeiro.

359

360 O Deputado Jacinto Vinagre, em relação à questão do areeiro, referiu que foi das primeiras  
361 pessoas a ter conhecimento do que se passava, e que entrou em contacto com uma jornalista para  
362 que fosse feita uma reportagem. Mostrou a sua preocupação também, quando a exploração  
363 terminar, como é que irá ficar o terreno.

364

365 O Deputado Serafim Inocêncio, referiu ainda que, a bancada do PS, mostrou sempre uma grande  
366 preocupação em relação ao areeiro, mesmo na gestão PS, e que, sempre foi uma preocupação de  
367 todos. Referiu ainda que, o areeiro começou com uma área muito pequena, e que, atualmente  
368 tomou grandes proporções. Disse ainda que, o maior interesse na exploração era a sílica e não a  
369 areia. Mostrou também, a sua preocupação na reposição, no final da exploração, porque, ao início  
370 dizem que será repostos, mas no fim da exploração, a reposição não é feita.

371

372 O Sr. Presidente referiu que, tudo o que foi debatido na Assembleia Municipal, por todos, fortifica a  
373 ideia de que, teremos que exigir mais sobre o assunto de Castelo Ventoso. Referiu que, falou com  
374 o Sr. João Galamba, que pertencia à lista do PS, à Assembleia da República, pelo distrito de  
375 Setúbal, e que é atualmente Secretário de Estado, sobre a exploração de inertes em Castelo  
376 Ventoso, e que este, o informou, que o assunto referido não era competência da Câmara, mas sim,  
377 da Secretaria de Estado de Energia e da Direção Geral de Energia. Referiu ainda que, o Secretário  
378 de Estado mostrou preocupação com o problema existente em Castelo Ventoso, mas que, até hoje,  
379 não houve mais respostas relativamente ao assunto. Esclareceu que, existem entidades com  
380 competências para resolver o assunto, e a Câmara não é uma dessas entidades. Esclareceu ainda  
381 que, a Câmara não está a descartar responsabilidades. Referiu também que, solicitou informação  
382 sobre os fiscais que verificam a exploração, informação que também não foi fornecida.

383

384 Terminado o período de antes da ordem do dia, houve lugar ao período da ordem do dia, cuja  
385 convocatória, se encontra anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

386

387 Feita a introdução à proposta referente à transferência de competências para as autarquias locais  
388 no âmbito da educação e saúde, por parte do Presidente da Câmara, foi posta à discussão para  
389 análise e votação a proposta n.º 01 da referida convocatória.

390 Houve intervenções por parte da Bancada do BE (Deputado Filomeno Herlander), da Bancada da  
391 Coligação “Viver Alcácer” (Deputado Frederico D`Orey) e do Presidente da Câmara.

392 A proposta em discussão foi aprovada por unanimidade.

393 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
394 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

395

396 **A** proposta referente à transferência de competências para as autarquias locais – Decreto-Lei n.º  
397 55/2020 de 12 de agosto – concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e  
398 para as entidades intermunicipais no domínio da ação social, foi posta à discussão para análise e  
399 votação a proposta n.º 02 da referida convocatória.

400 A proposta em discussão foi aprovada por unanimidade.

401 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
402 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

403

404 A proposta referente à fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano de  
405 2021, foi posta à discussão para análise e votação a proposta n.º 03 da referida convocatória.



406 Houve intervenções por parte da Bancada do BE (Deputado Filomeno Herlander) e do Presidente  
407 da Câmara.

408 A proposta em discussão foi aprovada por unanimidade.

409 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
410 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

411

412 A proposta referente ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para o ano de 2021, foi posta à  
413 discussão para análise e votação a proposta n.º 04 da referida convocatória.

414 A proposta em discussão foi aprovada por unanimidade.

415 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
416 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

417

418 A proposta referente à participação variável no IRS a vigorar no ano de 2021, foi posta à discussão  
419 para análise e votação a proposta n.º 05 da referida convocatória.

420 A proposta em discussão foi aprovada por unanimidade.

421 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
422 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

423

424 A proposta referente ao lançamento da Derrama para o ano de 2021, foi posta à discussão para  
425 análise e votação a proposta n.º 06 da referida convocatória.

426 A proposta em discussão foi aprovada por unanimidade.

427 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
428 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

429

430 Feita a introdução à proposta referente à retificação da resolução de requerer a declaração de  
431 utilidade pública da expropriação da parcela de terreno do prédio sito em Foros de Albergaria, da  
432 União de Freguesias de Alcácer do Sal (Santa Maria do Castelo e Santiago) e Santa Susana,  
433 (Deliberação para efeitos do disposto no artigo 10º, do código das expropriações) e consolidação  
434 de texto, por parte do Presidente da Câmara, foi posta à discussão para análise e votação a  
435 proposta n.º 07 da referida convocatória.

436 Houve intervenções por parte da Bancada do BE (Deputado Filomeno Herlander), da Bancada do  
437 PS (Deputado Serafim Inocêncio), da Bancada da CDU (Deputado José Balona), do Presidente da  
438 Câmara e da Presidente da Assembleia.

439 A proposta em discussão foi aprovada por unanimidade.

440 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
441 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

442

443 Feita a introdução à proposta referente ao estabelecimento de medidas preventivas no âmbito do  
444 Plano de Intervenção em Espaço Rural (PIER) dos Montes da Comporta, por parte do Presidente  
445 da Câmara, foi posta à discussão para análise e votação a proposta n.º 08 da referida  
446 convocatória.

447 Houve intervenções por parte da Bancada do PS (Deputado Serafim Inocêncio), da Bancada da  
448 Coligação “Viver Alcácer” (Deputado Frederico D`Orey) e do Presidente da Câmara.

449 A proposta em discussão foi aprovada por unanimidade.

450 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
451 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

452

453 A proposta referente à proposta final do Regulamento da Oficina da Criança, foi posta à discussão  
454 para análise e votação a proposta n.º 09 da referida convocatória.

455 Houve intervenções por parte da Bancada do BE (Deputado Filomeno Herlander), da Bancada do  
456 PS (Deputado Serafim Inocêncio) e do Vereador Manuel Vítor.

457 A proposta em discussão foi aprovada por maioria, com 13 votos a favor da CDU, 10 votos a favor  
458 do PS, 1 voto a favor da Coligação “Viver Alcácer” e 1 voto contra do BE.

459

460 Feita a introdução à informação referente ao relatório de atividades, por parte do Presidente da  
461 Câmara, foi posta à discussão para análise e conhecimento a proposta n.º 10 da referida  
462 convocatória.

463 Houve intervenções por parte da Bancada da CDU (Deputado José Balona, Deputado Manuel  
464 Rocha, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, Albino Francisquinho, da Bancada da  
465 Coligação “Viver Alcácer” (Deputado Frederico D`Orey), da Bancada do PS (Deputado Gonçalo  
466 Nunes, Deputado Serafim Inocêncio, Deputada Mariana Caixeirinho) e do Presidente da Câmara.

467

468 A Presidente da Assembleia informou que era meia-noite e, assim, colocou em aprovação da  
469 continuidade da sessão.

470 Foi aprovado por unanimidade a continuidade da sessão.

471 Foi tomado conhecimento da informação.

472 A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará  
473 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

474

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

475 Intervenções do Público (Artigo 21 do Regimento)

476 No período de intervenção do público, foi efetuada uma inscrição.

477 O Cidadão inscrito, foi o seguinte: Senhor António Balona.

478 Assunto colocado:

479 O Sr. António Balona sugeriu que, no início da sessão a Presidente da Assembleia deveria ter lido  
480 o título das Moções, porque como as mesmas não foram lidas, não soube o que estava a ser  
481 debatido.

482 Considerou que foram debatidos na sessão assuntos muito importantes, nomeadamente a questão  
483 da água e a questão da pandemia.

484

485 Resposta dada:

486 A Presidente da Assembleia disse que o munícipe tinha razão e leu o título das Moções.

487

488 A Minuta da ata, foi lida e aprovada por unanimidade, produzindo efeitos imediatos.

489 A referida minuta fará parte integrante da presente ata.

490 À presente sessão corresponde a gravação n.º 03/2020 arquivada nos serviços da Assembleia  
491 Municipal.

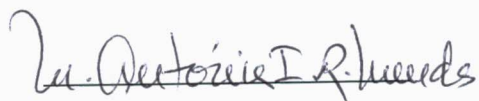
492 Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão pelas zero  
493 horas e dezassete minutos do dia vinte e seis de setembro do ano dois mil e vinte. Eu, Nuno  
494 Manuel Carvalho e Carla de Jesus Vaquinhas Rocha, assistentes técnicos, redigimos a presente  
495 ata, que assinamos com a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal.

496

497

A Presidente da Assembleia Municipal

498



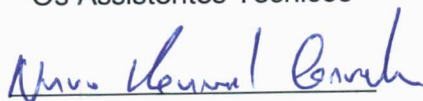
499

500

Os Assistentes Técnicos

501

502



503

504



505



Bloco de Esquerda  
Assembleia Municipal de Alcácer do Sal

APROVADA POR MAIORIA COM 13 VOTOS  
A FAVOR DA EDU, 10 VOTOS CONTRA  
DO PS, 1 ABSTENÇÃO DA POLICIAÇÃO  
"VIVER ALCÁÇER" 2 VOTOS A FAVOR DO BE.

## MOÇÃO

Sessão de 25/09/2020  
A Mesa  
M. Antónia I. P. Almeida

### **Contra o processo de eleição indireta dos presidentes das CCDR e pela instituição efetiva das Regiões Administrativas**

Na sequência do Decreto-Lei n.º 27/2020, de 17 de julho e da Lei n.º 37/2020 de 17 de agosto, irá ocorrer em 13 de outubro próximo a eleição dos presidentes das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR). Como é sabido, aqueles normativos consagram um colégio eleitoral composto pelos presidentes e vereadores das câmaras municipais e pelos presidentes e membros das assembleias municipais da respetiva área territorial.

As CCDR's são serviços periféricos da administração directa do Estado, sob a direção do Ministério da Coesão Territorial em coordenação com outros ministérios. Têm importantes atribuições: para além de apoio técnico às autarquias locais, é missão das CCDR's executar políticas de ambiente, ordenamento territorial e cidades e de desenvolvimento regional (abrangendo os programas operacionais regionais e outros fundos comunitários), assim como promover a actuação coordenada dos serviços desconcentrados de âmbito regional.

A eleição dos presidentes das CCDR's em Outubro próximo será feita por eleitos autárquicos. Porém, para além de nenhum autarca ter sido eleito com tal competência, tal eleição dum presidente da CCDR para os próximos 5 anos quando estamos a um ano de novas eleições autárquicas, enfraquece a legitimidade do processo e está a transformar-se numa espécie de oligopólio eleitoral, com PS e PSD a distribuírem entre si cargos de presidente nas várias CCDR's, num processo que de democrático tem muito pouco. Fica, isso sim, evidente a intenção de manter o bloqueio à regionalização consagrada na Constituição da República desde 1976.

A eleição em 13 de outubro próximo é também desconforme à descentralização democrática prevista na Constituição através da atribuição de competências e meios a órgãos regionais com legitimidade democrática própria, sujeitos ao escrutínio universal, democrático e transparente.

Assim, a Assembleia Municipal de Alcácer do Sal reunida a 25 de Setembro de 2020, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera:

1. **Manifestar discordância pelo processo de eleição indireta dos presidentes das CCDR, como previsto no DL n.º 27/2020 e na Lei n.º 37/2020 de 17 de Agosto**



- 2. Insistir junto dos órgãos da República para que se avance, o mais rapidamente possível, no processo de instituição efetiva das Regiões Administrativas prevista na Constituição desde 1976**

O representante do BE



REJEITADA POR MAIORIA COM 13  
VOTOS CONTRADA CDU, 10 VOTOS  
A FAVOR DO PS, 1 ABSTENÇÃO DA  
P. LIGACÃO "VIVER ALCÁÇER" E 1 VOTO  
A FAVOR DO BE.

Sessão de 25/09/2020  
Mesa,

## MOÇÃO

B

M. António I. P. Mendes "MAIS PARTICIPAÇÃO MAIS CIDADANIA"

Numa altura em que todos os setores da nossa sociedade se adaptam a uma nova realidade trazida pela pandemia criada pelo COVID-19, onde a incerteza coaduna com a necessidade de mudança, torna-se incontornável a imposição de deixarmos temporariamente os nossos hábitos até aqui instituídos e seguirmos padrões de interação mais adequados à conjuntura atual.

Não sendo possível garantir a participação alargada do público nas sessões, deverá ser acautelado um esforço acrescido no direito à informação, através do qual se preveja formas tecnicamente exequíveis no acesso legal e regimental por parte do público aos trabalhos da Assembleia Municipal.

A Lei n.º 28/2020 de 28 de julho, em vigor desde 29 de julho de 2020 e que produz efeitos desde 1 de julho do mesmo ano, estabelece de forma objetiva, medidas que possibilitam a participação dos cidadãos eleitores nas reuniões de realização pública obrigatória.

O n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 28/2020 de 28 de julho, refere: "As reuniões de realização pública obrigatória devem ser objeto de gravação e colocação no sítio eletrónico da autarquia, podendo ainda ser transmitidas em direto pela Internet ou outro canal de comunicação que assegure a sua publicidade, se a autarquia dispuser de meios para o efeito."

Assim, a Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, reunida em sessão ordinária no dia 25 de setembro de 2020, delibera:

1. Recomendar à Câmara Municipal de Alcácer do Sal a disponibilização de meios necessários para que seja possível a transmissão das sessões da Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, ordinárias e extraordinárias, em direto, através da internet, nos formatos de vídeo e áudio, acessível a todos os cidadãos, já a partir da próxima sessão da Assembleia Municipal;

2. Recomendar à senhora presidente da mesa da Assembleia Municipal que sejam tomadas as necessárias medidas no sentido de assegurar condições para a intervenção do público nas sessões da Assembleia Municipal, nomeadamente através da possibilidade de:

i) Envio pelos cidadãos eleitores aos serviços de apoio ao órgão autárquico, de comunicação previamente gravada que pretendem realizar na reunião [nos termos definidos pela alínea a) do n.º 3 do artigo 3.º da Lei n.º 28/2020 de 28 de julho];

ii) Disponibilização de meios para gravação prévia nas instalações da autarquia ou para acesso em direto em videoconferência através dos meios da autarquia, quando os cidadãos eleitores não disponham de meios próprios para o efeito, com respeito pelas regras de distanciamento social e demais orientações da Direção-Geral da Saúde em vigor [nos termos definidos pela alínea b) do n.º 3 do artigo 3.º da Lei n.º 28/2020 de 28 de julho];



iii) Acesso a credencial para intervenção na reunião aos cidadãos que se inscreverem para o efeito [nos termos definidos pela alínea b) do n.º 3 do artigo 3.º da Lei n.º 28/2020 de 28 de julho].

3. Recomendar à senhora presidente da mesa da Assembleia Municipal de Alcácer do Sal a divulgação junto das populações do concelho, através de meios eficazes e adequados, das medidas consagradas na Lei n.º 28/2020, de 28 de julho.

**Alcácer do Sal, 25 de setembro de 2020**

**O Grupo Municipal do PS**



e

MOÇÃO

REJEITADA POR MAIORIA COM 13  
VOTOS CONTRA DA EDJ, 10 VOTOS  
A FAVOR DO PS, 1 VOTO A FAVOR DA  
COLIGAÇÃO "VIVER ALCÁCER" E 1 VOTO  
A FAVOR DO BE.

Sessão de 25.09.2020

M. António F. Mendes

A água é um recurso hídrico que deve ser utilizado para benefício do Homem sem comprometer as necessidades dos ecossistemas e a continuidade hídrica dos cursos de água.

Uma utilização sustentável não é consentânea com uma exploração de "mineração" que acaba enfraquecendo o próprio recurso. O uso desregrado de uma fonte, mesmo que renovável, propicia o desperdício, a ineficácia e, fatalmente, o despesismo, comprometendo os usos de gerações futuras."

Num território, onde a pressão hídrica justifica que se dedique uma atenção permanente a este fenómeno e não apenas uma atuação reativa a situações extremas, importa trazer para o debate público a problemática da gestão integrada dos recursos hídricos e respetivos consumos, fomentando um envolvimento ativo das populações e das organizações que compõem o território.

A salvaguarda e a utilização responsável dos recursos naturais do território não se coadunam com algum do histerismo político com que temos sido presenteados no nosso território, num mediatismo asfixiante que deambula entre "Alcácer símbolo nacional da seca nacional" (com a imagem da ponte de rio mourinho na barragem do Pego do Altar a correr mundo) e a "Alcácer capital do agroalimentar" com centenas de hectares de explorações agrícolas que utilizam milhões de metros cúbicos de água, levando há necessária e urgente gestão e fiscalização dos consumos.

Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista submete à aprovação da Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, reunida em sessão ordinária no dia 25 de setembro de 2020:

1. A constituição, ao abrigo do artigo 44.º do regimento da AM de Alcácer do Sal, de uma Comissão com o fim de contribuir para o debate público e esclarecido acerca da gestão e utilização do recurso hídrico água no concelho de Alcácer do Sal;
2. A composição da referida Comissão, ao abrigo do artigo 46.º do regimento da AM de Alcácer do Sal, com representantes de todas as forças políticas com assento na Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, sendo a mesma constituída por 2 elementos de cada força política com exceção daquelas que não tenham número suficiente de deputados e por essa via ficarão limitadas a 1 elemento.

**Alcácer do Sal, 25 de setembro de 2020**  
**O Grupo Municipal do PS**



Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Alcácer do Sal

### Recomendação

Despacho:  
Para remeter ao  
Sr. Presidente da  
Câmara. *cl*

**Pelo reforço da verba destinada às juntas de freguesia no Orçamento para 2021** 25.9.2020

A pandemia da Covid-19 veio colocar novos desafios às autarquias, nomeadamente a nível da ação social e do apoio às populações mais vulneráveis. As autarquias dispõem de meios e conhecimentos essenciais na resposta à crise, são responsáveis por serviços públicos fundamentais, e contam com trabalhadores que conhecem bem o território e as populações.

No caso das freguesias, pela sua dimensão e proximidade, têm desempenhado papel determinante no esforço de coordenação e mobilização no combate à pandemia, assim como pela criação de uma primeira linha de respostas fundamentais para a minimização dos seus efeitos.

Justifica-se, por isso – e prevendo-se o agravamento das condições económicas e sociais das populações – a revisão da verba global a transferir para as freguesias já no próximo orçamento municipal, tendo em vista o reforço da sua capacidade e meios para prestar apoio às populações mais vulneráveis, designadamente em matéria de ação social. (Cfr. previsto nos art.ºs 7.º e 131.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e art.º 29.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto).

Aliás, os contratos interadministrativos atualmente em vigor, referiam expressamente a possibilidade de, “no futuro, poderem vir a ser reponderados o âmbito e os pressupostos destes contratos interadministrativos”, o que agora se propõe.

***Assim, a Assembleia Municipal de Alcácer do Sal reunida a 25 de Setembro de 2020, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera recomendar ao Executivo da Câmara:***

- Que na elaboração do Orçamento Municipal e das Grandes Opções para 2021 seja reforçada a verba global a transferir para as Freguesias no âmbito dos contratos de delegação de competências, com vista ao reforço da sua capacidade de atuação em matéria de ação social e outras relacionadas com a resposta à crise.

A/O representante do Bloco de Esquerda.